

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.610	45.332
Consumidores e concessionárias	5	374.389	235.518
Impostos e contribuições sociais	6	56.241	39.934
Outros créditos		1.971	7.557
Total do Ativo Circulante		484.211	328.341
Não circulante			
Consumidores e concessionárias	5	4.725	4.725
Tributos diferidos	7	1.375	2.365
Cauções e depósitos vinculados	9	8.539	7.210
Outros créditos		144	36
		10.058	14.336
Investimentos	10	400	400
Imobilizado		161	363
Intangível	11	2.573	2.493
		3.134	3.259
Total do Ativo Não Circulante		13.192	17.595
TOTAL DO ATIVO		497.403	345.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2017	2016
Receitas	16	3.552.777	1.850.409
Custo do serviço de energia elétrica	17		
Custo com energia elétrica		(3.384.314)	(1.823.685)
Custo de operação		(6.449)	(8.164)
Custo do serviço prestado a terceiros		(3.390.763)	(1.831.931)
Lucro bruto		162.014	18.478
Despesas e Receitas operacionais	17		
Despesas com vendas		(382)	(2.936)
Despesas gerais e administrativas		(10.297)	(9.442)
Depreciações e amortizações		(685)	(348)
Outras despesas e receitas operacionais		(310)	(14)
		(15.674)	(12.740)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		150.340	5.738
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		6.658	9.271
Despesas financeiras		(1.352)	(22.671)
		5.306	(13.400)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		155.646	(7.662)
Tributos sobre o lucro	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(49.817)	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(990)	2.078
		(50.607)	2.113
Resultado líquido do exercício		105.039	(5.549)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2017	2016
Resultado líquido do exercício	105.039	(5.549)
Resultado abrangente do exercício	105.039	(5.549)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2017	2016
Geração do valor adicionado	4.013.372	2.113.998
Receita operacional	4.013.144	2.116.609
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(382)	(2.936)
Receita relativa à construção de ativos próprios	582	315
Outras receitas	28	10
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.735.502)	(2.015.854)
Custos da energia comprada	(3.713.199)	(1.995.168)
Encargos de uso da rede elétrica	(15.581)	(14.476)
Materiais	(93)	(185)
Serviços de terceiros	(5.534)	(3.975)
Outros custos operacionais	(1.095)	(2.050)
Valor adicionado bruto	277.870	98.144
Retenções		
Depreciações e amortizações	(694)	(375)
Valor adicionado líquido produzido	277.176	97.769
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	8.067	9.993
Valor adicionado total a distribuir	285.243	107.762
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.243	8.506
Benefícios	1.169	1.103
FCTS	686	487
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	61.330	(2.147)
Estaduais	107.772	81.713
Municipais	98	83
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.352	22.927
Aluguéis	554	639
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	5.457	
Dividendos	20.233	
	205.894	113.311
Lucro retido/Prejuízo do exercício	79.349	(5.549)
	285.243	107.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
 A Empresa ou EDP Comercializadora, sociedade empresária limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras sociedades como sócia.
- Base de preparação**
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, para a Empresa, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
 A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Administração da Empresa está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.
2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.
2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia
 Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
 As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Recuperação dos ativos - impairment (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 2.1.2); e Provisões civis, fiscais e trabalhistas (Nota 14.1).
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
 A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.
 Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.
Ativo financeiro
 São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
 O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
 O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.
2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas
 Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiriam novas normas e revisões às normas já existentes.
2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Empresa
IFRIC 23 - Imposto De Renda - Contabilização de Incertezas sobre Transações Fiscais (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)
 O IFRS emitiu em junho de 2017 a IFRIC 23, que procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Muitas vezes não é claro como uma legislação tributária aplica-se a uma transação ou a uma circunstância específica. Neste contexto surge a questão de como os impactos fiscais deveriam ser reconhecidos nas demonstrações financeiras se existirem incertezas em relação a opção do tratamento fiscal feito na declaração de imposto de renda. Para essa análise é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deverá reconhecer o valor nas demonstrações financeiras conforme a declaração de imposto de renda e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deverá reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à declaração de imposto de renda de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. A Administração da Empresa está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da referida norma.
2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Empresa
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	12	353.990	210.946
Impostos e contribuições sociais	6	9.784	6.505
Dividendos	13	24.872	22.914
Outras contas a pagar		2.818	2.478
Total do Passivo Circulante		391.464	242.843
Não circulante			
Fornecedores	12		3.892
Outras contas a pagar		291	1.206
Total do Passivo Não Circulante		291	5.098
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	26.217	26.217
Reservas de lucros	15.3	79.431	77.327
Prejuízos acumulados		(5.549)	(5.549)
Total do Patrimônio líquido		105.648	97.995
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		497.403	345.936

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		155.646	(7.662)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		382	2.936
Depreciações e amortizações		694	375
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		13	
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos		(28)	14
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos e financiamentos			19.634
Provisões (reversões) e atualizações monetárias civis, fiscais e trabalhistas		338	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(51)	(61)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(516)	(1.096)
		156.478	14.140
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias		(134.528)	175.070
Impostos e contribuições sociais compensáveis		12.085	(5.298)
Cauções e depósitos vinculados		(1.278)	
Outros ativos operacionais		5.478	(7.102)
		(118.243)	162.670
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		139.152	45.902
Outros tributos e contribuições sociais		(45.723)	(667)
Provisões		(338)	
Outros passivos operacionais		(575)	579
		92.516	45.814
Caixa proveniente das atividades operacionais		130.751	222.624
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.310)	(61)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		101.441	222.563
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(582)	(483)
Alienação de bens e direitos		28	25
		(554)	(458)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(94.609)	(64.520)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(105.500)
Pagamentos de encargos de dívidas			(51.597)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	21.1	(94.609)	(221.617)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		6.278	488
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		51.610	45.332
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.332	44.844
		6.278	488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.217	77.327	-	103.544
Prejuízo do exercício			(5.549)	(5.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.217	77.327	(5.549)	97.995
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.217	77.327	(5.549)	97.995
Dividendo adicional aprovado - RQ de 11/07/2017		(27.200)		(27.200)
Dividendo adicional aprovado - RQ de 20/10/2017		(44.496)		(44.496)
Lucro líquido do exercício			105.039	105.039
Destinação do lucro:				
Dividendos intermediários (JSCP)			(5.457)	(5.457)
Dividendos complementares			(20.233)	(20.233)
Dividendos adicionais propostos		73.800	(73.800)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.217	79.431	-	105.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)**
 Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.
 A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:
 (i) No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, a Administração não espera impacto relevante na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Consumidores e Concessionárias.
 (ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Empresa identificou a alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.
- | | Classificação CPC 38 | Classificação CPC 48 |
|--|----------------------------------|----------------------|
| Cauções e depósitos vinculados | Ativos mantidos até o vencimento | Custo amortizado |
| Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Consumidores e concessionárias | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Partes relacionadas (Outros créditos) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |

(iii) Em relação à contabilidade de hedge, as novas regras não impactarão a Empresa devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Oper

	Nota	2017	2016
16 Receitas			
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.			
A receita de comercialização de energia é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.			
Energia de curto prazo		137.368	67.281
Comercialização de energia elétrica		3.873.078	2.043.944
Outras receitas operacionais		2.698	5.384
Reculta operacional bruta	16.1	4.013.144	2.116.609
(-) Deduções à receita operacional			
ICMS		(107.757)	(81.701)
PIS/COFINS		(352.512)	(184.416)
ISS		(98)	(83)
		(460.367)	(266.200)
		3.552.777	1.850.409

16.1 Receita operacional bruta
O montante da Receita operacional bruta no exercício de 2017 no montante de R\$1.896.535 é decorrente, substancialmente: (i) da volatilidade dos preços que variaram entre R\$121,4/MWh e R\$533,8/MWh, associada a alta liquidez do mercado beneficiando as operações de curto prazo; (ii) maior volume de energia disponível no mercado, proveniente das descontrações de energia das distribuidoras por meio dos MCSDs ou acordos bilaterais; e (iii) aumento no volume de energia vendida para os novos consumidores livres, reflexo das migrações dos clientes do mercado cativo para o mercado livre.

17 Gastos operacionais
Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.
Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço de energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à operação da Empresa, tais como, compra de energia elétrica para revenda e encargos de transmissão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e gastos gerais administrativos.
Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2017					2016	
		Custo do serviço de energia elétrica		Despesas operacionais			Total	Total
		Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Energia elétrica comprada para revenda	17.1	3.368.737					3.368.737	1.808.486
Encargos de uso da rede elétrica		14.140					14.140	13.137
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			4.795		5.573		10.368	11.138
Material			47		37		84	70
Serviços de terceiros			956		4.009		4.965	3.780
Depreciação			9		48		57	80
Arbitragem					637		637	295
PECLD/perdas líquidas				382			382	2.936
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						338	338	-
Aluguéis e arrendamentos			155		397		552	639
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(28)	(28)	14
Outras			1.437		281		2.205	4.096
Total		3.384.314	6.449	382	10.982	310	3.402.437	1.844.671

17.1 Energia elétrica comprada para revenda
A Empresa, para fazer frente às operações de vendas que apresentaram um aumento no volume de energia comercializada de 53,7% em relação à 2016 (Nota 16.1), também aumentou seu volume de energia adquirida, associado ao aumento das tarifas médias de compra no mercado.

	Nota	2017	2016
18 Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.662	5.441
Energia vendida		1.779	3.316
Depósitos judiciais e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		51	81
Juros e multa sobre tributos		6	516
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.409)	(722)
Outras receitas financeiras		59	79
		6.658	9.271
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos			(18.624)
Energia comprada		(65)	(778)
Outras despesas financeiras		(1.287)	(3.269)
		(1.352)	(22.671)
Total		5.306	(13.400)

19 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2017	2016
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	155.646	(7.662)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(52.920)	2.605
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(5)	
Juros sobre o capital próprio	1.855	
Outras	24	(241)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(285)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	287	34
Incentivos fiscais	152	
Despesa de IRPJ e CSLL	(50.607)	2.113
Alíquota Efetiva	33%	28%

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos
A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise prévia da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatório de risco disponibilizados à Administração.
Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.
Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.
A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• **Valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Empresa gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados decorrentes.
• **Empréstimos e recebíveis**
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
• **Mantidos até o vencimento**
Se a Empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
• **Outros ao custo amortizado**
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa		4				
Aplicações financeiras		Nível 2	48.112	30.176	48.112	30.176
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados		9	1.278		1.278	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa		4	3.498	15.156	3.498	15.156
Bancos conta movimento		5	374.389	240.243	374.389	240.243
Consumidores e concessionárias		8	162	36	162	36
Outros créditos - Partes relacionadas			427.439	285.611	427.439	285.611
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores		12	353.990	214.838	353.990	214.838
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		8	291	814	291	814
			354.281	215.652	354.281	215.652

20.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 03 (R2). Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

20.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto econômico da Empresa. São exigidos níveis de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:
(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

DIRETORIA

	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente				
Donato da Silva Filho Diretor		Pedro Paulo Vicente de Azevedo Kurhbi Diretor		Paulo Alexandre Pires de Campos Costa Diretor	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 009 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

20.2 Gestão de risco
A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Empresa, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.
Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da empresa.
O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.
O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções se encontram reunidas abaixo de uma mesma diretoria.

20.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não possui riscos de mercado associados a dívida.
20.2.1.1 Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.
No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Aging cenário provável

Operação	Risco	31/12/2017					
		Até 1 ano	Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.176	3.176	794	1.588	(794)	(1.588)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	84	84	26	52	(26)	(52)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.260	3.260	820	1.640	(820)	(1.640)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentará um fluxo estimado para os recebimentos.

20.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Empresa, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.
Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e concessionárias (Nota 5). A Empresa, em 31 de dezembro de 2017 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados representam o fluxo estimado para os recebimentos.
Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 22.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Empresa, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.
A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2017, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos Financeiros	31/12/2017				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	336.975	20	16.995	353.990	214.838
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				291	814
	336.975	20	16.995	291	354.281

20.2.3 Risco de crédito
O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Consumidores e concessionárias.
As comercializações de energia são geradas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.
O risco decorrente da possibilidade da Empresa em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Contudo, a Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *Default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais liquidas serão as garantias financeiras.
Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.
Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.
As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Empresa, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.
A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Classificação da instituição financeira			
AAA			46.085
AA			2.027
		20.1.1	48.112
			30.176

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.2.4 Risco regulatório
As atividades da Empresa são regulamentadas por órgãos relacionados ao setor de energia (MME, CCEE etc.). A Empresa tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.
A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.
20.2.5 Gestão de capital
Os objetivos da Administração ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
21.1 Atividades de financiamento
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, segue abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em caixa 31/12/2016	Efeito caixa 31/12/2017	Efeito não caixa Adições/Reduções	Saldo em caixa 31/12/2017
Dividendos	13	22.914	(94.609)	96.567	24.872
		22.			